

Esta deficiência parece ainda mais evidente quando observamos as áreas e quantidades colhidas dos principais produtos das lavouras permanente e temporária. Dois aspectos porém, têm de ser observados. Primeiro, os números apresentados para as áreas colhidas são relativos a momentos temporais, indicando a variação bruta da utilização da terra para o cultivo. Segundo, deve-se levar em consideração sempre as circunstâncias climáticas na interpretação dos números, em se tratando de Nordeste brasileiro.

Tendo estas advertências em consideração, a Tabela 6 apresenta um quadro típico das dificuldades enfrentadas pelo setor primário estadual. A partir dos dados dos anos 1990 e 2001, há perdas significativas nas áreas colhidas das principais culturas estaduais, sejam as temporárias ou as permanentes, de maneira que, apenas a soja em grão revela-se com expansão forte, de mais de 3.800% nos anos indicados.

Tabela 6 – Área Colhida, das Principais Culturas Agrícolas Temporárias e Permanentes do Estado do Piauí – 1990/2001

Produtos	1990	2001	% Variação
			1990/2001
Temporários			
Algodão Herbáceo	15.237	8.107	-47,1
Arroz	235.426	156.628	-33,5
cana-de-açúcar	19.326	6.939	-64,1
Feijão (em grão)	284.698	200.215	-29,7
Mamona	13.660	216	-98,4
Mandioca	168.216	41.209	-75,5
Milho (em grão)	394.683	276.462	-30,0
Soja (em grão)	1.560	61.841	3.864,2
Permanentes			
Algodão arbóreo	124.677	100	-99,9
Banana	4.775	2.828	-40,8
Castanha de Caju	167.905	147.677	-12,0

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal (PAM) 2001; MI; PNUD/SIG

Quando se observa a Tabela 7, mais complexa na apresentação dos dados, pois constam as quantidades produzidas nos anos de 1990, 1996, 2001, 2002 e projeções do IBGE para 2003, para as culturas temporárias e permanentes do Piauí, as dificuldades da lavoura piauiense se tornam ainda mais evidente.

No comparativo entre os anos de 1990 e 2002, as variações negativas nas quantidades colhidas são a tônica para quase todos os produtos constantes da Tabela 7. Permanece porém, o destaque para a soja, que além de aumentar sua área de plantio, também teve a produção de grãos aumentada em cerca de 10.000 vezes, de vez que no início dos 90, praticamente ainda não havia atenção do produtor piauiense àquela cultura. Em segundo lugar, a produção da banana cresceu substancialmente entre os dois anos base, multiplicando-se a quantidade produzida em cerca de 440%.

Registre-se igualmente que, em termos das projeções realizadas para a produção no ano de 2003, espera-se a recuperação da maioria das lavouras, de vez que houve regularidade nas precipitações pluviométricas em regiões importantes da produção estadual. Todavia, quando observados mais atentamente os números, mesmo diante desta circunstância favorável, culturas como a do algodão herbáceo, da cana de açúcar, da mamona e do algodão arbóreo, de relativa importância para a economia estadual, ainda verificarão níveis de produção abaixo dos realizados em 1990.

Tabela 7 – Quantidade Produzida, das Principais Culturas Agrícolas Temporárias e Permanentes do Estado do Piauí – 1990, 1996, 2001 e 2002 (em ton)

Produtos	1990	1996	2001	2002	2003(*)	Variação
						1990/2002 (%)
Temporários						
Algodão Herbáceo	4.431	1.336	2.814	2.483	3.380	-56,0
Arroz	142.499	160.678	163.160	89.917	218.964	-36,9
Cana-de-Açúcar	1.562.485	502.434	394.077	409.295	400.612	-73,8
Feijão (em grão)	47.701	50.120	30.136	27.615	62.344	-42,1
Mamona	4.759	28	85	86	234	-98,1
Mandioca	2.296.626	215.626	428.747	--	--	-81,3
Milho (em grão)	90.697	150.394	144.270	82.700	267.159	-8,81
Soja (em grão)	906	6.925	128.315	91.014	308.225	10.045,7
Permanentes						
Algodão arbóreo	9.004	65	9	7	31	-99,9
Banana (1)	7.892	1.798	35.508	34.877	32.383	441,9
Castanha de Caju	23.897	24.259	18.850	16.814	46.656	-29,6

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal (PAM) – 2001; MI; PNUD/SIG (1) Produção em mil cachos.

Para o ano de 1996, a Fonte é o Censo Agrícola, IBGE, 1995/1996. Os dados de 2002 e estimativas de 2003 foram retirados da publicação "O Piauí Hoje", da Fundação Cepru, que se utilizou do IBGE – LSPA/GCEA. (*) As estimativas de 2003 tem como base o mês de maio/2003.

Ainda do ponto de vista da descrição da situação estadual, vale adiantar como se comportou durante a década de 1990 o quantitativo de criações no Estado, com ênfase para os rebanhos bovino, suíno, ovino e caprino. No que se refere, por exemplo, ao rebanho bovino, houve durante o período o registro do decréscimo de cerca de 10% do número de cabeças existentes no Estado. O mesmo aconteceu em relação aos rebanhos suíno e caprino, que tiveram quedas ainda mais expressivas de 17% e 27%, respectivamente. Apenas o rebanho de ovino cresceu, em valor da ordem de 17%. Destaque-se igualmente, que o comportamento dos rebanhos do Piauí, seguiram de perto a tendência regional e, de certa maneira, também o quadro brasileiro, que só registrou incremento no quantitativo de rebanho bovino, nos anos indicados.

Tabela 8 – Efetivo dos Bovinos, Suínos, Ovinos e Caprinos – Brasil, Nordeste e Piauí – 1990/2001.

	Efetivo dos Rebanhos (1.000 cabeças)							
	Bovinos		Suínos		Ovinos		Caprinos	
	1990	2001	1990	2001	1990	2001	1990	2001
Piauí	1.974	1.792	1.678	1.391	1.211	1.422	2.003	1.455
Nordeste	26.188	23.144	9.691	7.198	7.697	8.059	10.677	8.908
Brasil	147.102	176.389	33.623	32.605	20.014	14.639	11.894	9.537

Fonte: IBGE, PPM (Produção da Pecuária Municipal) 2001; MI; PNUD/SIG

1.3. Aspectos Gerais do Perfil Industrial, Comercial e Exportador:

Concretamente, para finalizar esta análise do quadro atual da economia piauiense nos últimos anos, é importante mencionar os números relativos ao consumo de energia elétrica, que são uma das melhores proxies para indicação dos níveis de desenvolvimento econômico de uma região qualquer.

Neste sentido, importa realçar que o Piauí tem o menor consumo de energia elétrica dentre os estados nordestinos, muito embora ele tenha crescido cerca de 70% entre os anos de 1990 e 2001. Para que se tenha uma dimensão do desafio, Sergipe, que é o segundo estado da região que menos consome energia, tem um consumo total 60% maior que o piauiense. Sendo assim, o Piauí tem apenas 0,6% do consumo elétrico para fins industriais da região, sendo que sua participação total é de apenas 2,5% no consumo regional e de 0,45% no consumo nacional em todos os setores, valor exatamente igual ao peso relativo do PIB do Estado no PIB nacional.

Tabela 9 – Participação % Total, Residencial, Industrial e Comercial, de Energia Elétrica, segundo os Estados da Região Nordeste e Brasil – 2001.

Estados	Participação (%)			
	Total	Residencial	Industrial	Comercial
Maranhão	18,6	8,6	27,3	7,0
Piauí	2,5	5,0	0,6	4,1
Ceará	11,7	15,7	8,3	16,2
R. G. do Norte	5,3	7,1	4,0	6,6
Paraíba	5,2	6,8	4,2	5,8
Pernambuco	14,6	21,2	9,1	21,4
Alagoas	6,6	5,2	7,7	5,3
Sergipe	4,5	4,1	4,8	4,2
Bahia	31,0	26,3	34,0	29,5
Nordeste	100	100	100	100

Fonte: Eletrobrás; MI; PNUD/SIG

Os itens da pauta de exportações estadual terminam por delinear em definitivo o quadro básico a partir do qual é possível pensar as estratégias de desenvolvimento do Piauí no próximo quadriênio, levando em consideração as extremas debilidades da economia e o caráter restritivo de sua inserção no cenário econômico nacional e internacional.

Sendo assim, a Tabela 10 revela que o Piauí participou, no ano de 2002, marcado pela retomada do processo de crescimento das exportações brasileiras, contando inclusive com as condições de depreciação do câmbio, com apenas 1% do valor agregado da região Nordeste, o que significou em termos de valores brutos, em dólares americanos, US\$ 48.062.938,00.

Como se sabe, a região Nordeste, ao longo das duas últimas décadas, perdeu dinamismo exportador, e de uma contribuição de cerca de 20% para o conjunto da economia nacional, em 2002, passou regionalmente para apenas 7,7% de contribuição, o que vem denotar que o Piauí foi responsável por apenas 0,08% das exportações do país.

Entre os principais produtos de sua pauta exportadora estiveram as ceras vegetais (19%), a soja (17%), a castanha de caju (13%), produtos têxteis industrializados (14%), o camarão (10%) e pedras para pavimentação (6%), bem como o mel (3%), que figurou como oitavo produto da cesta exportadora. Reunidos, os produtos referenciados constituíram cerca de 82% de tudo que foi enviado para outras economias.